

RESISTÊNCIA E MEMÓRIA: O GRITO DO SILÊNCIO NA DIÁSPORA AFRICANA

Vânia Carvalho de Araújo Rodrigues¹

RESUMO

Este artigo propõe uma perspectiva de valorização sobre a contribuição religiosa dos povos que vieram da África e ressignificaram seus valores culturais no território brasileiro, como forma de resistência ao processo escravista da colonização violenta e coisificada imposta pelos portugueses, o qual predominou por mais de dois séculos. O documentário “Na Rota do Orixás” (1997), o conceito sobre diáspora africana de Milton Santos (1997) e o conceito de identidade de Stuart Hall (2006) foram utilizados neste trabalho como forma de fundamentar a importância da continuidade da cultura africana no Brasil e seu devido sincronismo religioso.

PALAVRAS-CHAVE: Resistência. Memória. Diáspora. Religiosidade. Tradição.

RESISTANCE AND MEMORY: THE CRY OF SILENCE IN THE AFRICAN DIASPORA

ABSTRACT

This article proposes a perspective of valuing the collective religious mentality of African peoples in Brazilian territory, as a form of resistance to the slave process of violent and objectified colonization imposed by the Portuguese, which prevailed for more than 2 centuries. The documentary *na Rota do Orixás* (1997), the concept of African diaspora by Milton Santos (1997) and the concept of identity by Stuart Hall (2006) were used in this work as a way of substantiating the importance of the continuity of African culture in Brazil and their due religious synchronism.

KEYWORDS: Resistance. Memory. Diaspora. Religiosity Tradition.

¹ Especialização em Educação Política e Cidadania para o segmento da EJA - Universidade de Brasília - UNB (2014-2015). Especialização em História e Cultura Afro-Brasileira - Universidade Cândido Mendes (2014-2016). Possui graduação em História pelo Centro Universitário Projeção - UniPro (2009). Atualmente, é professora de vínculo efetivo de História Geral e do Brasil na modalidade do Ensino Fundamental II (40 horas) na Escola Municipal Professora Eunice de Souza Machado Silva - Valparaíso do Goiás – GO - (2019...). Professora com vínculo temporário (2022-2023) do Centro de Ensino Médio 01 do Gama/Distrito Federal. Bacharel em Direito pelo Centro Universitário de Brasília – UniCeub (2020), Advogada Penal e Cível. Fez parte do grupos de estudos: Ensino de história: saberes e Fazeres de matriz africana e indígena nas interamazônias. E-mail: vaniaucb@yahoo.com.br / vanciasapiencia@gmail.com .

1 INTRODUÇÃO

Este artigo é uma breve história sobre as representações dos povos africanos em sua diáspora para o Brasil Colonial. Como forma de identificar a resistência religiosa africana em território brasileiro, a qual sobreviveu à condição da escravidão física, graças às tradições culturais, as quais foram consideradas as bagagens armazenadas nas memórias de diferentes povos, como os Iorubás, os quais possuíam contato com distintos povos e, conseqüentemente, veneravam muitas entidades como os orixás (DEL PRIORI, 2004, p.26. Apud GOMBERG; MANDARINO, 2009, p.03). Esse alicerce religioso chegou ao Brasil no período colonial e, para ser mantido, foi necessário se adaptar as necessidades de novas representações e simbolismos no Brasil colonial e atual.

A riqueza dos povos africanos, como os gegês, fanti-ashantis, angola-congoleses e moçambique, os quais eram de etnias distintas, vieram para o Brasil com arcabouços dotados de tradições ritualísticas. Durante o escravismo das pessoas africanas, o respeito às etnias, as quais foram mencionadas, especificamente, e a dignidade humana foram esvaziados pela lógica do capitalismo comercial (séculos XV-XVII), o qual evidenciou a coisificação do humano, o que proporcionou a propriedade privada em detrimento da pessoa humana.

Diante dessa situação de exploração e violência causada pelo explorador, o único elo capaz de conectar o explorado às suas origens foi a memória cultural. Logo, a resistência a se fazer foi manter a crença religiosa de seus antepassados, como conexão da identidade de grupo social e como forma de assegurar a sobrevivência de suas origens numa terra distante (Brasil).

A diáspora africana do Atlântico, segundo Milton Santos (1997), é uma forma de compreender o elemento de conexão cultural entre o Brasil e a África, pois, apesar de todo o processo de humilhação e de falta de valor humanitário, ainda assim, o povo escravizado, por meio de sua religião, assegurou o valor étnico e histórico de diferentes povos.

2 COMPREENDENDO O TERMO DIÁSPORA

O processo migratório é um fator que advém de inúmeras demandas. Entre as mais evidentes, atualmente, há a busca por melhores oportunidades de trabalho e a qualidade de vida. No caso de perseguições políticas e religiosas, o efeito migratório se transforma em uma questão jurídica internacional e humanitária, em que as pessoas que vivenciam essa condição são denominadas de

refugiados. Desta forma, vejamos o posicionamento da ANCUR (Agência da Organização das Nações Unidas para Refugiados), logo abaixo:

[...] Já os migrantes escolhem se deslocar não por causa de uma ameaça direta de perseguição ou morte, mas, principalmente, para melhorar sua vida, buscando melhores oportunidades de trabalho e educação ou procurando viver com parentes que moram fora do país de origem. Diferentemente dos refugiados, que não podem voltar ao seu país, os migrantes continuam recebendo a proteção do seu governo. (ACNUR, 2020).

Considera-se fator positivo de deslocamento o ato do livre discernimento do indivíduo de imigrar ou emigrar. Ou seja, o cidadão que sair do seu Estado de origem, denomina-se emigrante. E a pessoa que irá habitar domicílio no estrangeiro será classificada como imigrante (MIGRAÇÕES, 2020). Entretanto, quando há atitudes de violência humana, especialmente diante de leis imorais ou abuso de poder político, o deslocamento da pessoa ou grupo será considerado opressivo e negativo, pois se está diante de infrações dos direitos humanos.

A história migratória é inerente à sobrevivência humana. Para compreender o conceito de diáspora, Smith (2006 *apud* CAVAS; NETO 2010) coloca que a diáspora é um sentimento ambivalente, por um lado ligado ao território de origem e, por outro, ao exílio. Entende-se que não seria suficiente analisar o termo diáspora apenas pelo ato do deslocamento físico, mas se considera, também, a mentalidade simbólica, o sentimento de pertencimento à cultura e à sociedade na qual se nasceu e onde foram cultivados os valores familiares, educacionais, políticos, econômicos de um povo, que agrega inúmeros elementos socioculturais.

Observa-se que a diáspora foi um conceito muito utilizado na história para designar a expulsão de um povo de seu território, como foi o caso da diáspora grega no século XII a. C, e, um dos casos mais famosos, a questão dos judeus, tanto no cativeiro da Babilônia no século VI a.C. quanto nas perseguições realizadas pelos nazistas a esse povo no século XX.

Mas uma diáspora peculiar, e a longo prazo, aconteceu no período colonial há mais de trezentos anos — a diáspora africana. Peculiar porque foram diferentes culturas de um mesmo continente, nas mesmas condições de violência. Perdurou muitos anos, e o destino territorial foi a América. Segundo Stuart Hall (2006 *apud* CAVAS; NETO 2010), os povos multiculturais representam povos de diferentes culturas, os quais foram identificados no processo histórico brasileiro.

2.1 ITINERÁRIO FORÇADO: DIÁSPORA AFRICANA E CONEXÃO COM O BRASIL

A diáspora africana conectada ao continente americano é dotada de fatores críticos e traumáticos, nos quais é possível encontrar uma excelente diversidade historiográfica² sobre o assunto. Podem-se encontrar desde assuntos relacionados às condições desumanas das viagens transatlânticas ao cotidiano escravista no Brasil Colonial.

Para delimitar melhor o assunto, este artigo irá abordar a importância das representações das tradições religiosas dos escravos africanos destinados à América, em especial, para o nosso País. Como forma de manter presente o sentimento de pertencimento simbólico e cultural de povos que nunca mais retornariam a seu território de origem.

É notório que o processo de diáspora africana está intrinsecamente ligado ao escravismo colonial. Considera-se o século XVII como a chegada da mão-de-obra africana ao Brasil, em prol de desenvolver o engenho e o mercado açucareiro. Sabe-se que a qualidade da mão-de-obra africana era notória, pois eles conheciam as técnicas de plantações do açúcar. Fato este que motivou e incentivou a escravidão desses povos, inclusive para substituir a mão-de-obra pindorama³. Analisa-se, dessa forma, o que Júnior (2019) menciona sobre a dinâmica de trabalho no Brasil Colonial, especificamente acerca do Maranhão:

O Estado do Maranhão se apoiava, fundamentalmente, no trabalho indígena até meados do século XVIII. A região foi marcada por contínuas tensões em torno da regulação e monopólio desses trabalhadores, gerando uma série de conflitos entre índios, religiosos, moradores, autoridades locais e a Coroa. Os eventos aqui apresentados estão relacionados ao esforço da monarquia portuguesa em assegurar a posse da América setentrional, à política voltada ao controle das aldeias por leigos, ao balizamento de ações em que o indígena passa a ser considerado meio eficaz de povoamento, à agricultura como atividade econômica mercantil e à intensificação de trocas comerciais sob o auspício da metrópole e da Companhia de Comércio monopolista. Nessa conjuntura, podemos observar a formação de dois projetos antagônicos: um valorizava o cativo indígena enquanto meio eficaz para o desenvolvimento e a sobrevivência da economia “amazônica”, o outro apostava no escravo africano e na liberdade do índio como ferramentas para redinamizarem a economia local. (JÚNIOR, 2019, p. 705-706).

² Historiografia africana: No site da UNESCO há um acervo amplo e interessante sobre a História da África e suas culturas. Fonte: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000042756_por. Uma das principais referências no assunto é o historiador: J. Ki-Zerbo.

³ Termo utilizado para identificar os povos “indígenas”. Forma de romper com os paradigmas criados pelos povos colonizadores. Os termos: índio, aborígenes, negro da terra, nativos poderão ser evitados, pois devemos nos referir aos povos originários da América conforme a vontade destes, e não com nomenclaturas preconceituosas ou pejorativas.

Ratifica-se que o projeto colonial econômico para o desenvolvimento externo era prioritário, mas, à medida que acontecia a expansão dessa conjuntura, simultaneamente, fazia-se necessário investir no mercado local, ou seja, a colônia deveria garantir segurança interna para resguardar o progresso do mercado externo.

Por isso a questão indígena era tão significativa em um primeiro momento, como forma de resguardar as posses das terras brasileiras. Mas a mão-de-obra africana era necessária para garantir a capacidade técnica da agricultura açucareira e demais técnicas ao longo do sistema *plantation*.

O fator econômico era a principal motivação dos colonos ao escravizar os povos africanos, assim como os indígenas. Diante desse cenário, faz-se necessário mencionar que a escravidão em território africano era uma habitualidade na Idade Moderna (1453-1789), assim como foi na Idade Média e na Idade Antiga, uma vez que o conflito de guerra física entre povos rivais proporcionava a formação de escravos.

Diante dessa situação, milhares de pessoas que formavam reinos africanos, à medida que eram derrotadas em batalhas, eram submetidas às regras do vencedor, e este determinava o destino do prisioneiro de guerra, o qual já era considerado escravo e propriedade do povo conquistador. Vejamos outras formas de proporcionar a condição de escravidão a uma pessoa nas organizações africanas:

Não era só na guerra que se corria o risco de ser escravizado. Em muitas sociedades africanas, o cativo era a punição para quem fosse condenado por roubo, assassinato, feitiçaria e, às vezes, adultério. A penhora, o rapto individual, a troca e a compra eram outras maneiras de se tornar escravo. As pessoas podiam ser penhoradas como garantia para o pagamento de dívidas. Nesta situação, caso seus parentes saldasse o débito, extinguiu-se o cativo. Tais formas de aquisição de cativos foram mais ou menos comuns em diferentes períodos e lugares da África. O rapto e o ataque a vilas se tornaram mais frequentes quando o tráfico de escravos tomou grandes proporções. Em algumas sociedades, a exemplo do povo Sena de Moçambique, a escravidão também era uma estratégia de sobrevivência quando a fome e a seca se faziam desastrosas. A venda ou troca de um indivíduo da comunidade podia garantir a sobrevivência do grupo, inclusive de quem era escravizado. A troca de alguém por comida era uma forma de evitar a extinção do grupo. Certamente estamos falando de um recurso extremo, porque ser escravo naquelas sociedades tão fortemente estruturadas por laços de parentesco significava ser exilado, torna-se um estrangeiro, muitas vezes tendo que professar outra fé, se comunicar em outro idioma, estar alheio às suas tradições. Sentenciar alguém à escravidão era acima de tudo desenraizá-lo e desonrá-lo. (ALBUQUERQUE, 2006).

Ao analisar esta perspectiva voltada para os povos africanos, deve-se considerar que, independentemente da cor da pele, em vários momentos da história da humanidade a necessidade de dominar, por meio da violência, era também uma forma de garantir a sobrevivência. O continente

que mais fornecia escravos no período colonial foi exatamente o africano. Logo, seria um anacronismo afirmar consciência de “raça”, de cor de pele, uma vez que os povos eram culturalmente diferentes e mantinham rivalidades entre si.

Os traficantes europeus compravam mercadorias escravizadas (seres humanos), as quais se submetiam forçadamente à vontade do comprador. Milhares de povos foram deslocados do seu território local e enviados para uma terra nova e cheia de desafios. Ao chegar no Brasil, eram vendidos no comércio interno e, a partir daquele momento, a continuidade do significado de escravo seria ratificada pelo conceito de coisificação em terras brasileiras.

Povos africanos em sentido múltiplo, pois possuíam idiomas, religiões, tradições, hábitos, características físicas diferentes. Não se pode homogeneizar os povos africanos simplesmente por terem a cor da pele preta. Agindo assim, não se respeita suas particularidades e identidade cultural.

A noção de um Atlântico Negro é, antes que tudo, uma reivindicação da diáspora, uma nova proposta de relacionamento com a sua história. O conceito elaborado inicialmente por intelectuais de fala inglesa não reivindica necessariamente a descontinuidade da diáspora com o seu passado africano, como defenderia o modelo interpretativo "creolizante", mas, ao contrário, pressupõe, sobretudo, a existência de uma rede de comunicação intensa entre as comunidades da diáspora e a África, aliás, entre elas próprias também. O Atlântico Negro não vê mais um só movimento histórico de leste a oeste, da África para as Américas, mas aponta também para o sentido inverso. Para as aportações da diáspora na África e para o contínuo fluxo e refluxo que sempre existiu entre as duas costas. O mar até recentemente visto como fronteira excludente divisor de culturas, associado ao corte traumático do tráfico, é visto agora, na época da globalização, como laço de união. (NICOLAU, 1998).

E preciso compreender que os africanos escravizados que chegaram ao Brasil, também, trouxeram uma bagagem muito rica, que foram as memórias dos seus valores e sua religiosidade, entre outros elementos culturais que auxiliaram na formação do povo brasileiro. É nesse aspecto que o documentário “Atlântico Negro”, de Renato Barbieri (1997), evidenciou as consequências positivas dessa transição territorial.

A historiografia positivista tentou padronizar os povos africanos, a ponto de muitas pessoas pensarem (principalmente na educação infantil e no ensino fundamental) que a África é um “país” que só tem pessoas “negras” e que possui a mesma cultura. Por não ser verdade, esse tipo de falácia tende a eliminar as particularidades de inúmeros povos que foram forçados a vir para o Brasil. O estudo dos povos africanos merece respeito às suas identidades culturais e pessoais.

Por isso a necessidade de destacar a construção cultural e étnica que foi empreendida no Brasil colonial, pela ótica africana. Ratifica-se o dinamismo escravista, que já era uma prática antiga

em território africano, mas, quando há vários povos e um só destino, uma nova ritualística comportamental será formada em território brasileiro. Exemplo disso são as atuais religiões, como o candomblé, umbanda, pajelança africana, entre outras.

3 O VALOR DA MEMÓRIA COLETIVA E A REPRESENTAÇÃO DA GLOBALIZAÇÃO NA DIÁSPORA AFRICANA DURANTE A FORMAÇÃO CULTURAL DO BRASIL

Segundo o documentário na “Rota dos Orixás” (1997), Milton Santos (1997) relata uma nova perspectiva sobre a diáspora no “Atlântico Negro”, a qual demonstrou os efeitos positivos da religiosidade, além da bagagem cultural trazida pelos escravos africanos, o que proporcionou um elo entre dois continentes.

A Universidade de Brasília (UnB) possui um Programa de Avaliação Seriada, conhecido como PAS, no qual, através de seu edital, sempre são selecionados conteúdos de diferentes culturas dos povos brasileiros. Valoriza-se a diversidade e se propaga o respeito a distintas culturas. O documentário na “Rota dos Orixás” e “Índios do Brasil” estão como referências essenciais das disciplinas de História, Sociologia e Geografia.

O processo da diáspora africana nos proporciona uma globalização de valores mistos entre Brasil e África atual. Elo esse originado de um processo endêmico, denominado escravismo, mas ramificado também como uma consequência positiva, pois somos o povo brasileiro multicultural e dotado de saberes sobrenaturais e, também, de saberes físicos. Desde conhecimentos medicinais a conhecimentos profissionalizantes.

Mas é na religiosidade de matriz africana que mais se observou a continuidade histórica das memórias dos africanos com seus ancestrais. Hoje aqueles que possuem tradições com as religiões africanas preservam um liame de continuidade com as gerações passadas e mantêm a história oral e das representações vivas em nosso território. Assim verificamos no trecho a seguir:

[...] vale salientar que Atlântico negro apresenta enfoques novos, como a ênfase nos Agudá e mesmo o protagonismo dado ao Tambor de Mina do Maranhão frente ao hegemônico Candomblé baiano. A seleção no documentário de Pai Euclides como o principal representante religioso no Brasil, como já foi apontado, resultou da conveniência inesperada dos seus laços com o Avimanjenon e do fato de que a cantiga por ele cantada fosse conhecida no Benin. Esse protagonismo de um babalorixá maranhense poderia, até certo ponto, ser ressentido por alguns religiosos baianos, mas, na verdade, favorece a representação da religião afro-brasileira na sua heterogeneidade e riqueza. (JÚNIOR, 2019).

Outra característica crucial sobre os povos africanos foram seus feitos militares, sociais, econômicos e políticos, pois, embora fossem escravos, eles eram, frequentemente, utilizados para as

estratégias políticas da Coroa, a qual, usufruindo das riquezas mineiras, também os utilizavam em missões militares para lutar contra opositores (“índios”) e para auxiliar na ocupação do território brasileiro. Assim se demonstrou na obra que se segue:

Uma história do negro no Brasil, 2006: Através do tráfico africano os portugueses puderam colonizar o território que mais tarde passaria a se chamar Brasil. Sem a participação dos africanos dificilmente os portugueses conseguiriam ocupar as terras descobertas no processo de expansão marítima. No século XVI, não havia população suficiente em Portugal para levar à frente a ocupação da colônia. Foi através da importação maciça de africanos que os lusitanos conseguiram defender o território da cobiça de outras potências coloniais, que também tinham planos para ocupar e explorar as riquezas tropicais aqui encontradas. Foram os africanos e seus descendentes, juntamente com os indígenas escravizados, que desbravaram matas, ergueram cidades e portos, atravessaram rios, abriram estradas que conduziam aos locais mais remotos do território. Na marcha para o interior, guerrearam com povos indígenas que se opunham ao avanço colonizador ou se associaram aos nativos quando fugiam para a mata para formar quilombos. Eram também os escravos que conduziam tropas e carretos que tornaram possível o intercâmbio entre o interior e as cidades litorâneas. (ALBUQUERQUE, 2006).

São aspectos de um Brasil “oficial” que oculta os protagonistas sociais africanos das narrativas dos livros didáticos e da memória coletiva da sociedade. E, sutilmente, promove a exclusão histórica de inúmeros povos que auxiliaram na formação do nosso País: “Calcula-se que o Brasil, no seu “fazimento”, gastou cerca de 12 milhões de negros, desgastados como a principal força de trabalho de tudo o que se produziu aqui [...]. Ao fim do período colonial, constituía uma das maiores massas negras do mundo moderno” (RIBEIRO, 1995).

É nítida a importância dos povos africanos no contexto da colonização brasileira, pois até mesmo a extensão territorial que o nosso País possui, foi parte de um projeto de povoamento levado a cabo por eles, para garantir as terras à Coroa Portuguesa.

3.1 CONTINUIDADE DAS RAÍZES CULTURAIS AFRICANAS NAS TERRAS DO BRASIL ATUAL

A cultura demonstra por meio do psicológico coletivo de um povo e por meio da produção material, que compõe todo um legado da existência e da resistência daqueles que ajudaram a formar a identidade da nação brasileira. Com base nessa complexidade, importa identificar e compreender alguns exemplos que se mantêm vivos e que, atualmente, mantêm-se inerente no regionalismo brasileiro.

A música, a dança, os tipos de comida, as vestimentas, o estilo de vida, e, principalmente, a religiosidade foram essenciais para evidenciar e preservar a ancestralidade africana em seus

descendentes brasileiros. Como ficaria muito extenso comentar todos os tipos de riquezas culturais, optou-se por compreender a religiosidade dos povos africanos em confecção no Brasil Colonial e sua continuidade, como resistência a um processo de dor e sofrimento. Apesar de tudo, há alegria em manifestar essas crenças.

As manifestações religiosas de origem africana possuem princípios conectados com a ancestralidade, a ponto de o fator tempo passado ser conservado pelas gerações atuais. Desta forma, analisa-se o significado de ancestralidade da seguinte forma:

A ancestralidade é uma marca no culto do Tambor de Mina como em outras nações das religiões de matriz africana. Para eles, “os antepassados não partiram, estão nas coisas, na terra, na água, no fogo, nas plantas, nas casas. Os alimentos são carregados de axé, isto é, força-energia divina que está presente nos alimentos”. (ORO, 2013).

A abundância de dialetos, como a palavra “Axé”, o tambor, que, quando tocado, emite a convocação do ritual, a dança, que dinamiza o contato entre o sagrado e o físico, formam um conjunto da ritualística religiosa que mantém vivo um elo histórico com a ancestralidade africana em território brasileiro.

O candomblé e a umbanda são exemplos significativos de manifestações religiosas criadas em território brasileiro e ponte de elemento cultural, o qual conecta África e América. Essa ponte é denominada por Milton Santos (1997) como “conexão da globalização”, pois, na perspectiva do geógrafo, os escravos africanos trouxeram para o Brasil suas tradições e as tornaram uma vivência contínua, a ponto de criar novas representações, à brasileira, para continuar a praticar a história dos ancestrais africanos.

No Brasil coexistiram tradições religiosas africanas diversas. Isto porque o tráfico vitimou povos de origens e culturas religiosas diversas. Em todo o Brasil, no período colonial (até o século XVIII), o termo mais comum para nomear as práticas religiosas de origem africana parece ter sido “calundu”, uma expressão angolana que vem da palavra kilundu, que significa divindade em língua umbundo.

A mais antiga referência escrita ao termo candomblé é do início do século XIX, na Bahia. E candomblé vem também de um termo oriundo da região de Angola, que significa culto ou oração. Sabe-se que tanto nas cidades como nas áreas rurais, as religiões africanas (ou afrobrasileiras) foram importante fator de agregação dos escravos e libertos. [...] Da mesma forma, o grande fluxo de africanos da África Ocidental influenciou fortemente o culto de origem africana na Bahia e no Maranhão. Os povos reunidos no antigo reino do Daomé (atual República do Benim), conhecidos como jejes na Bahia e minas no Maranhão, cultuavam deuses a que chamavam de voduns. Já os povos de língua iorubá, conhecidos como nagôs na

Bahia, cultuavam os orixás. Tal como as diversas tradições angolanas, aquelas conhecidas como jeje e nagô tinham muito em comum e se fundiram em diversos aspectos. Organizado em torno de um “terreiro”, verdadeira comunidade religiosa, com suas construções, locais de orações, hierarquia, o candomblé jeje-nagô disseminou-se nas cidades e nas áreas rurais do Nordeste, sobretudo na Bahia. Mas ele se encontra também presente em outras regiões de norte a sul do país. (ALBUQUERQUE,2006).

Mesmo diante da violência física e psicológica, os distintos povos de origem africana que viveram no período colonial, conseguiram criar arranjos de comportamento social, tais como os cultos realizados em diferentes lugares, como os mencionados por Albuquerque (2006) no território do Maranhão e da Bahia, na citação acima. É a resistência de povos diferentes, porém com realidades semelhantes, e com o projeto de sobrevivência, que o atual Brasil teve o seu processo de formação cultural.

A nação brasileira não pode ser desenhada, exclusivamente, por uma representação de uma história oficializada por governos excludentes, os quais silenciaram durante séculos o protagonismo do multiculturalismo existente em nosso território. O Brasil é extenso como território e rico em diferentes culturas, “um povo” que ainda precisa compreender o valor de cada pessoa, de cada grupo, de cada povo que compartilha o mesmo espaço. Não se podem mais aceitar, calados, histórias que não representam a realidade vivenciada por cada ser humano.

É preciso estudar matrizes culturais de diferentes povos que moram em nosso País, para que se possa propagar o respeito e a concatenação entre as formas de manifestação cultural. O preto, o pardo, o branco, necessitam interagir pelo espírito humanitário até o ponto em que, um dia, seremos capazes de abraçarmos uns aos outros sem barreiras de cor, credo, política, economia, pelo simples fato de sermos todos um.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho visa demonstrar que a resistência dos escravos africanos no Brasil foi uma luta no campo físico e psicológico, a qual rompeu as barreiras das imposições da violência do colonizador, pois, mesmo diante da tentativa de manipular as pessoas escravizadas, ainda sim, elas trouxeram em sua memória e nas suas práticas religiosas a continuidade de uma terra distante, que é a África.

Procurou-se defender que, embora a diáspora seja um ato forçado, é possível identificar o renascimento cultural de um povo que saiu de sua terra natal sem bagagem física. Sua bagagem

memorial, intrínseca nos valores morais e nas suas tradições, foram essenciais, no entanto, para as novas representações religiosas criadas no Brasil, como o candomblé e a umbanda.

Esses elementos são fatores da resistência ancestral da escravidão dos povos africanos na América e demonstram que, no Brasil atual, ainda permanece o culto às divindades africanas. São esses requisitos que Milton Santos (1997) denomina de “globalização contrária”, pois a diáspora revelou elementos africanos, como a religião, a qual foi fundamental para preservar o legado africano no Brasil. Fator de continuidade na memória e na experiência atual de milhares de brasileiros.

REFERÊNCIAS

ACNUR explica significado de status de refugiado e migrante. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/acnur-explica-significado-de-status-de-refugiado-e-migrante/>. Acesso em: 20 maio 2021.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R.; FRAGA FILHO, Walter. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

Atlântico Negro - Na rota dos orixás. Brasília, 1997. Filme documentário 35mm., color. Duração: 53 min., 41 seg. Diretor: Renato Barbieri. Projeto e roteiro: Victor Leonardi e Renato Barbieri. Idealização e realização: Videografia; Instituto Itaú Cultural. Patrocínio: Ministério da Cultura; GDF-SCE; Pólo de Cinema e Vídeo do DF; Fundação Cultural do Distrito Federal. In.: NICOLAU, Luis. Universidade Federal da Bahia. Professor Visitante na Faculdade de Comunicação; Afro-Ásia, 21-22 (1998-1999), 367-375.

Carta das Nações Unidas. Disponível em: <https://www.un.org/es/sections/uncharter/chapter-i/index.html>. Acesso em: 20 maio 2021.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2ª ed., 2002.

CAVAS, Cláudio São Thiago; NETO, Maria Inácia D'Ávila. Diáspora Negra: Desigualdades de Gênero e Raça no Brasil. **Revista - Diáspora, Diversidades, Deslocamento** - 23 a 26 agosto 2010.

Diáspora africana, você sabe o que é?. **Fundação Cultural Palmares**. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?p=53464>. Acesso em: 20 maio 2021.

HALL, S.; Pensando a Diáspora: Reflexões Sobre a Terra no Exterior. In: SOVIK, L. (Org). **Da diáspora** – identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

GOMBERG; Estélio; MANDARINO; Ana Cristina Mandarin. **Água e ancestralidade jeje-nagô: possibilidade de existências**. Textos de História, vol. 17, nº 1, 2009.

JÚNIOR, Antônio Otaviano Viera. “A necessidade carece de ley”: valorização da mão de obra indígena e africana no Grão-Pará (1748-1778). Artigo • **Topoi** (Rio J.) 20 (42), Sep. Dec 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/WpNCftRKkzYwSf3TVGtVdqD/?lang=pt>. Acesso em: 20 maio 2021.

Memorandum For Federal Prosecutors Along The Southwest Border. Publ. 2018. Disponível em: <https://www.justice.gov/opa/press-release/file/1049751/download>. Acessado em 29 abr. 2020.

Migrações. <http://www.ufjf.br/pur/files/2011/04/Migra%C3%A7%C3%A3o-no-Brasil.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2020.

RIBEIRO, D. O Povo Brasileiro-Formação e Sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 220. In.: CAVAS, Cláudio São Thiago; NETO, Maria Inácia D’Ávila. **Diáspora Negra: Desigualdades de Gênero e Raça No Brasil.** Fazendo Gênero 9. Diásporas, Diversidades, Deslocamentos 23 a 26 de agosto de 2010.

Significado de Pindorama. Dicionário Online de português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/pindorama/>. Acesso em: 20 maio 2021.

Data de submissão: 16/08/2021
Data de aprovação: 24/06/2022

